

A TEOLOGIA NEGRA: UMA INTRODUÇÃO¹

FILIFE DUNAWAY

I. DEFINIÇÃO DA TEOLOGIA NEGRA

1. A teologia negra é um movimento teológico que surgiu entre os cristãos negros nos Estados Unidos da América na segunda metade da década dos 60. Ela se concentra na reflexão teológica sobre a luta dos negros norte americanos, liderados no princípio pelo pastor batista Martin Luther King, Jr., para conseguirem a justiça e libertação sociais, políticas e econômicas numa sociedade dominada pelos brancos. Ela se baseia na Bíblia e nas características singulares da experiência religiosa dos negros americanos. Ela encontra na Bíblia uma base para o sentido político da libertação, isto é, o êxodo do Egito. E ela encontra na experiência religiosa dos escravos negros, manifestada nos seus cânticos, sermões e orações que destacam a ressurreição de Jesus, a base para o sentido escatológico ou futurista da libertação. A teologia negra pode ser classificada como um tipo de teologia de libertação, pois ela se preocupa basicamente com a libertação de um grupo de oprimidos. Contudo, ela se distingue da teologia da libertação latino-americana e da teologia feminista ao evitar o uso da análise social-econômica marxista² e ao concentrar-se na libertação de uma *raça* oprimida ao invés de uma classe social-econômica ou de um grupo oprimido por causa de seu sexo. Entretanto, os líderes da teologia negra americana têm mantido um diálogo com os líderes da teologia da libertação latino-americana e asiática, da teologia feminista e da teologia Africana, especialmente na África do Sul.

2. O leitor brasileiro pode obter informações sobre o movimento através de dois livros publicados por Edições Paulinas: Gayraud S. Wilmore e James H. Cone, editores, *Teologia Negra* (1986) [esta é uma coletânea dos documentos principais na primeira fase da história da teologia negra de 1966 até 1979, também com artigos sobre sua relação para com a teologia feminista e a do terceiro mundo] e James Cone, *O Deus dos Oprimidos* (1985) [este é um dos livros mais importantes do “porta-voz” mais conhecido do movimento].

II. O PANO DE FUNDO HISTÓRICO PARA A TEOLOGIA NEGRA

3. Para podermos compreender adequadamente esta nova teologia, é indispensável refletirmos um pouco sobre as condições históricas que geraram a necessidade para uma teologia especificamente negra nas Américas. Portanto, consideraremos os dois séculos da escravidão dos negros e o período subsequente de racismo institucionalizado.

A. Os Duzentos Anos da Escravidão Racista (1600-1865)

1A fonte principal desta palestra é o artigo do teólogo negro norte americano James Cone, “Black Theology,” em *The Westminster Dictionary of Christian Theology*.

2Vale a pena mencionar que, diferente da maioria dos pensadores negros nos EUA, o influente filósofo cristão negro, Cornel West, utiliza a análise econômico marxista como um de seus métodos para compreender e criticar a civilização européia-norte americana.

4. Certamente a escravidão não foi inventada no início do período moderno quando tantos africanos foram compelidos a deixar sua terra natural como escravos do homem branco. Conforme o historiador James Walvin, “A escravidão floresceu na região mediterrânea e Europa por mil anos,” antes do princípio da modernidade.³ Todavia, as pessoas não foram escravizadas neste período por causa de sua raça, mas, sim, por causa de conquistas militares e motivos econômicos.⁴ Por exemplo, na Itália no tempo de Cristo, até 40% da população foi composto de escravos, que em grande parte foram ex-prisioneiros de guerra e seus descendentes, cuja função era alimentar os mordadores da cidade de Roma.⁵

5. O chamado “tráfico de negros” foi iniciado em meados do século XV pelos portugueses que, ao procurarem ouro no litoral ocidental da África, descobriram outra fonte de riqueza material, a saber, a venda de escravos negros primeiro na Europa e subsequentemente nas recém-descobertas terras do novo mundo. Do século XVI até quase o final do século XIX, os portugueses e outros europeus trouxeram, sob condições indescritivelmente cruéis a bordo dos navios negreiros, entre 10 e 20 milhões de escravos da África para o hemisfério ocidental. Isto aconteceu só para alimentar a demanda cada vez maior para a mão-de-obra forte e barata nas Américas. Ao passo que o Brasil recebeu uns 38% de todos estes escravos para labutar em suas minas e plantações e engenhos de açúcar, a América do Norte recebeu apenas 6% deles para labutar em suas plantações de tabaco e algodão.⁶ Parece que as condições em que os escravos viviam e laboraram eram mais favoráveis nos EUA para o crescimento da população negra, de modo que, diferentemente das colônias no Caribe e na América do Sul, não houve tanto necessidade de continuar importando outras pessoas escravizadas da África. Sobre esta questão, Walvin afirma

As razões para estas configurações diferentes de reprodução são extremamente complexas e se relacionam à proporção (razão) sexual entre os escravos, a suas idades e ao meio-ambiente geo-físico geral em que o trabalho e vida dos escravos foram realizados. Contudo, dito inexatamente, parece ser provável que, até o século XIX, a natureza do trabalho dos escravos, isto é, com algodão, e o ambiente em que eles floresceram, fossem menos árduos e menos perturbadores tanto socialmente como fisicamente do que o trabalho nas plantações de açúcar ou nas minas [a saber, na América do Sul].⁷

6. Além disto, houve pelo menos três outras diferenças importantes entre a escravidão norte americana e a do Caribe e da América Latina: (1) Visto que novos escravos estavam sendo trazidos constantemente para o Brasil e o Caribe, eles poderiam mais facilmente preservar aspectos de sua cultura e tradições religiosas da África. No entanto, nos EUA, os escravos

3James Walvin, *Slavery and the Slave Trade [A Escravidão e o Tráfico de Negros]* (Jackson, MS: University Press of Mississippi, 1983), p. 12.

4O porto-riquenho Manuel Febres argumenta que a escravidão tem sido raramente racista; ela normalmente é militar e econômica, como no caso dos antigos gregos. Veja Manuel Febres, “Racism in the U. S. A.” in *Theology in the Americas*, editado por Sergio Torres e John Eagleson (Maryknoll, N. Y.: Orbis Books, 1976), p. 329ss.

5Walvin, *Slavery*, p. 5-7.

6Walvin, *Slavery*, p. 25-50 e D. B. Davis, “Slavery,” *World Book Encyclopedia*, edição de 1986.

7Walvin, *Slavery*, p.48-49.

negros logo perderam contato com suas raízes africanas, sendo assimilados na cultura e religião dominante de seu novo ambiente, o Protestantismo (os negros se tornam quase exclusivamente batistas e metodistas). (2) A escravidão norte americana foi aparentemente mais benigna, à luz do fato de que as sublevações dos escravos do norte “eram marcadamente menos frequentes, menos violentas, menos sucedidas e menos difundidas quando comparadas com as sublevações dos escravos no Caribe ou na América do Sul.”⁸ Contudo, isso não significa, de modo algum, que faltou à escravidão dos EUA a opressão e crueldade que caracterizaram esta instituição em outras partes das Américas. Pelo contrário, foi um sistema tão violento e injusto que os EUA ainda estão pagando um preço muito grande por tê-lo sancionado. Ele também é, no final de contas, a “primeira causa” da teologia de protesto chamado a teologia negra. (3) Talvez outro fator significativo se encontre nas maneiras diferentes pelas quais a escravidão foi abolida, por um lado, nos EUA (o decreto de emancipação foi promulgado em 1863) e, por outro lado, no Caribe e Brasil (emancipação ocorreu em 1888). Como já notamos, a escravidão na América do Norte era bem mais pacífica do que a do Sul; entretanto, ela foi terminada somente por uma guerra civil tão vilarenta que, uns 130 anos depois, a sociedade americana ainda está marcada pelas cicatrizes dela. Todavia, no Caribe e no Brasil milhões de escravos foram libertados sem guerra alguma. Será que esta diferença está relacionada com o fato óbvio que, hoje em dia, o racismo é um problema muito mais crítico nos EUA do que no Brasil?

B. Cem Anos do Racismo Institucionalizado (1860-1960)

7. O racismo é a crença de que as outras raças são inferiores mental, física, moral e culturalmente à sua própria raça. Ele pode se expressar tanto no nível individual quanto no nível institucional. Este racismo institucional se refere ao fato de que as políticas e regulamentos das comunidades, escolas, igrejas, empresas e outras organizações restringem as oportunidades dos membros dos grupos discriminados na sociedade em questão.⁹ Mesmo depois de sua emancipação em 1865, após a Guerra Civil nos EUA, os negros foram submetidos a cem anos de opressão institucionalizada através de leis que defenderam a idéia de instituições “separadas, mas iguais” (um conceito aprovado pelo Tribunal Supremo em 1896, mas derrubado pelo mesmo em 1954). Conforme este conceito jurídico, os negros não puderam fazer parte das instituições dos brancos, mas, supostamente, tiveram o direito de ter suas próprias instituições, sendo estas iguais em qualidade às dos brancos. Na realidade, isto queria dizer que os negros não podiam morar em certos bairros, não podiam ser membros das “igrejas brancas” ou de seus clubes e não podiam assistir aulas nas escolas públicas com os brancos. Quase sempre tiveram que aceitar os empregos que foram desprezados pelos brancos e foram pagos menos dinheiro, quando fizeram o mesmo trabalho. Os negros nem podiam usar os restaurantes, hotéis ou banheiros reservados para os brancos. Todas estas injustiças foram sancionadas pelas leis federais ou estaduais até o Congresso passou a “Lei dos Direitos Civis” em 1964. Esta e outras leis semelhantes finalmente acabaram oficialmente com quase toda esta discriminação, um século após a emancipação dos escravos!

III. FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA O SURGIMENTO DA TEOLOGIA NEGRA

⁸Walvin, *Slavery*, p. 49.

⁹T. F. Pettigrew, "Racism," *World Book Encyclopedia*, 1986.

8. Conforme Prof. Cone, houve três fatores principais que são responsáveis pelo surgimento da teologia negra: (1) o movimento dos direitos civis, (2) a publicação do livro de Joseph Washington, *Black Religion [A Religião Negra]* em 1964 e (3) o nascimento do movimento “poder negro.”¹⁰ Agora, vamos considerar estes fatores.

A. O Movimento dos Direitos Civis (nas décadas dos 50 e 60)

9. Este foi um movimento popular dos próprios negros que visou conseguir para si, exclusivamente por meio de métodos não violentos, os plenos direitos do cidadão. A organização principal do movimento foi a “Associação Nacional para o Progresso das Pessoas de Cor,” que desafiou com êxito muitas das leis que permitiram a discriminação racial. O líder principal foi o pastor negro batista **Martin Luther King, Jr.**, que se tornou o profeta carismático do movimento e a consciência ética da nação no que tange às questões sociais, até que ele foi assassinado em 1968. Todas as pessoas envolvidas no surgimento da teologia negra participaram nas manifestações lideradas por Dr. King. Portanto, diferentemente de virtualmente todos os outros movimentos teológicos na América do Norte e na Europa, este não começou numa faculdade teológica, mas, sim, na rua quando os oprimidos protestavam contra a injustiça racial.

B. O Livro “Religião Negra” de Joseph Washington (1964)

10. O estudioso negro Washington argumentou, no seu livro, que há uma religião negra nos EUA que se distingue do Protestantismo branco e de todas as outras expressões do Cristianismo. Mas visto que, na opinião dele, esta religião busca somente a liberdade e igualdade neste mundo, Washington concluiu que as congregações negras não são igrejas genuínas, mas meras sociedades religiosas sem teologias cristãs. Ele criticou as “verdadeiras” igrejas brancas por terem excluído estas sociedades negras do verdadeiro Protestantismo.¹¹ Ora, nenhum teólogo negro podia ignorar esta investida contra a Igreja Negra e a teologia negra foi criada, em parte, para responder a este livro. Os líderes negros queriam corrigir dois mal-entendidos: (1) que a religião negra é não cristã e, por isso, não tem nenhuma teologia cristã, e (2) que o Evangelho Cristão não tem nada a ver com a luta pela justiça na sociedade.

C. O Movimento “Poder Negro”

11. Na década dos 60, muitos dos líderes negros mais jovens ficaram desiludidos com o “movimento dos direitos civis,” chefiado por Dr. King, concluindo que era impossível mudar a atitude do homem branco. Usando a divisa “poder negro,” ativistas como Stokely Carmichael abandonaram tanto o ideal da integração com os brancos e suas instituições quanto o compromisso de Dr. King com a não-violência. Além do mais, esta nova geração de ativistas desafiaram seus irmãos negros a ganharem o controle político e econômico de suas próprias comunidades e estabelecerem seus próprios valores, tal como a afirmação que “negro é bonito.”

¹⁰James Cone, “Black Theology,” p. 72.

¹¹Gayraud S. Wilmore e James H. Cone, editores, *Teologia Negra* (São Paulo: Paulinas, 1986), p. 522-4.

12. Para a grande surpresa dos cristãos brancos, em 1966 o Comitê Nacional do Clero Negro publicou no New York Times uma declaração, intitulada “O Poder Negro,”¹² em que os pastores negros apoiaram o conceito do “poder negro” como ele foi definido pelos ativistas políticos. O Prof. Cone afirma que este foi “o princípio do desenvolvimento consciente de uma teologia negra em que os ministros negros conscientemente distinguiram seu próprio entendimento do Evangelho de Jesus do Cristianismo branco e o identificaram com as lutas dos pobres negros para a justiça. . . O clero negro denunciou o racismo branco como o anticristo e foi inexorável no seu ataque contra sua presença demoníaca nas denominações eclesiásticas brancas. Foi neste contexto que surgiu a expressão ‘teologia negra’.”¹³

IV. A DEFESA ACADÊMICA DA TEOLOGIA NEGRA

13. A fim de desafiar o monopólio completo da definição da teologia cristã por parte dos europeus e americanos brancos, alguns jovens estudiosos negros levaram a luta para os seminários teológicos e universidades nos EUA, publicando livros que explicaram sua posição sobre a tarefa da teologia cristã no contexto atual. Os primeiros livros foram publicados por James Cone, professor da teologia sistemática no Union Theological Seminary em Nova Iorque: *Teologia Negra e Poder Negro* (1969) e *Uma Teologia Negra da Libertação* (1970). Nestes dois volumes, Cone argumentou que os elementos libertadores do movimento “poder negro” são a encarnação histórica autêntica do Cristianismo em nossa época, pois ele é, na sua essência, uma religião de libertação.

14. Logo depois, foram publicados mais dois livros que aceitaram a ênfase de Cone sobre a importância da libertação, mas que, mesmo assim, criticaram o fato de que ele havia ignorado a necessidade da reconciliação com os brancos. Estes livros são *Libertação e Reconciliação: Uma Teologia Negra* (1971), de J. Deotis Roberts, e *Consciência Negra: Uma Teologia da Esperança* (1971), de Major Jones. Posteriormente, dois outros livros foram escritos por mais dois teólogos negros, os quais contenderam que Cone dependia demais da teologia branca e não usou, como ele deveria ter feito, a religião negra como o fundament mais importante para a teologia negra. Estes escritos se chamam de *Religião Negra e Radicalismo Negro* (1972), de Gayraud Wilmore, e *Crise de Identidade na Teologia Negra* (1975), de Cecil Cone, o irmão de James Cone. Para uma discussão crítica destes e outros livros redigidos por teólogos negros, veja James Cone, “Interpretação do Debate entre os Teólogos Negros,” em Gayraud S. Wilmore e James H. Cone, editores, *Teologia Negra* (Paulinas, 1986), p. 522-539.

<http://www.teologiaocidental.com>

¹²Esta declaração está em Wilmore e Cone, *Teologia Negra*, p. 30-39.

¹³James Cone, “Black Theology,” p.74.